



**Estado do Pará
Tribunal de Contas dos Municípios**

RESOLUÇÃO Nº 8955/2008/TCM/PA

EMENTA: Repasse ao Legislativo. Art. 29-A. CF. Composição da receita tributária e transferências que servirão de base de cálculo para o duodécimo, em consonância ao mandamento constitucional, são somente: Receitas Tributárias – Impostos (IPTU, IRRF, ITBI, ISSQN), taxas, Contribuições de Melhoria, juros e multas das receitas tributárias, Receita da Dívida Ativa Tributária, juros e multa da dívida ativa tributária, Receitas de Transferência – Transferências da União (FPM, ITR, IOF s/Ouro, ICMS Desoneração, CIDE) e Transferências do Estado (ICMS, IPVA, IPI Exportação)

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como, no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição, no âmbito de sua competência e jurisdição, por intermédio da expedição de atos e instruções normativas, na forma do artigo 27 da Lei Complementar nº 25, de 9 de agosto de 1994, e atendendo recomendação oriunda da reunião administrativa realizada em 03.03.2008, resolve atribuir à matéria objeto desta resolução a seguinte interpretação:

1. A receita a ser considerada para a base de cálculo do repasse à Câmara Municipal corresponderá ao somatório da receita tributária e das transferências, abaixo descritas:

I – receita tributária:

- a) IPTU (Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana);
- b) IRRF (Imposto de renda retido na fonte);
- c) ITBI (Imposto sobre a transmissão de bens *inter vivos*);
- d) ISS (Imposto sobre serviços);
- e) Taxas;
- f) Contribuições de Melhorias;
- g) Juros e multa das receitas tributárias;
- h) Receita da Dívida Ativa Tributária;
- i) Juros e multas da dívida ativa tributária;

II – transferências da União:



Fls. 32
C

Estado do Pará
Tribunal de Contas dos Municípios

- a) FPM (Fundo de participação dos municípios);
- b) ITR (Imposto territorial rural);
- c) IOF OURO (Imposto sobre operações financeiras);
- d) ICMS DESONERAÇÃO (Lei Complementar 87/96 – Lei Kandir).
- e) CIDE (Contribuição de Intervenção no domínio Econômico)

III – transferências dos Estados:

- a) ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços);
- b) IPVA (Imposto sobre a propriedade de veículos automotores).
- c) IPI EXPORTAÇÃO (Imposto sobre produtos industrializados);

Plenário do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 04 de março de 2008.


CONSELHEIRO **RONALDO PASSARINHO**
PRESIDENTE


CONSELHEIRA **ROSA HAGE**
VICE-PRESIDENTE

CONSELHEIRO **ALOÍSIO CHAVES**
CORREGEDOR

CONSELHEIRO **ALCIDES ALCÂNTARA**

CONSELHEIRO **JOSÉ CARLOS**


CONSELHEIRO **DANIEL LAVAREDA**